

**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS**



**Livro didático e currículo de História:
Estudo comparativo entre livros didáticos de história dos anos 1980 e os atuais**

Lígia Malena Coelho Silva

**Asunción – Paraguay
2016**

**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS**



Linha de Pesquisa: Livro didático, Currículo, Ensino e Aprendizagem.

Livro didático e currículo de História:

Estudo comparativo entre livros didáticos de história dos anos 1980 e os atuais

Lígia Malena Coelho Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Postgrado da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlino Ivan Morinigo

**Asunción - Paraguay
2016**

MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO:

Livro didático e currículo de História:
Estudo comparativo entre livros didáticos de História dos anos 1980 e os atuais

Lígia Malena Coelho Silva

COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Dr. Carlino Ivan Morinigo

ORIENTADOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ismael Fenner

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Prof. Dr. Carlino Ivan Morinigo

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Prof. Dr. Dr. Ricardo Morel

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Asunción - Paraguay
2016

Dedico este estudo a minha família, aos meus pais Marcolino Feliciano (in memoriam) e Euflosina S. Coelho, que me concederam a vida e me conduziram por caminhos que me fizeram compreender que nada conseguimos se não nos propusermos a estudar e perseverar por nossos sonhos.

Dedico, aos meus irmãos e irmãs mesmo pela torcida silenciosa, quando as palavras não chegam, mas a presença e o sentimento para o meu sucesso são mais fortes.

Por fim, dedico aos amigos e amigas pelo apoio e incentivo e que tanto nos aconselham. São a nossa segunda família, a do coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser a base das minhas conquistas, por ter me dado força, saúde e perseverança.

Aos meus professores no suporte dos meus estudos e pelas correções e incentivos. Pelo olhar atento e sincero que tanto cooperou para a conclusão deste trabalho.

Aos meus alunos, que tanto servem de motivação para o aprendizado contínuo, e para o amadurecimento profissional. De forma especial àqueles que participaram do projeto que resultou nesse estudo.

A minha família pelo amor incondicional.

E a todos os amigos e amigas que cruzaram o meu caminho e fizeram parte da minha educação. Muito obrigado e que Deus abençoe a todos!

"Determinação coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso. Se estamos possuídos por uma inabalável determinação conseguiremos superá-los. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho." (**Dalai Lama**)

RESUMO

Esse estudo teve o objetivo de realizar uma análise do livro didático e do currículo de História. Para atingir esse objetivo por intermédio de uma revisão de literatura realizou-se um comparativo entre livros didáticos de história dos usados nos anos 1980 e os atuais. Após a realização dessa revisão, sentiu-se a necessidade de aprofundar os achados na literatura com a realização de uma pesquisa de campo, assim lançamos mão de uma pesquisa utilizando uma abordagem quantitativa-qualitativa-descritiva. Para atender a metodologia proposta, visando ainda à fidelidade dos resultados obtidos, evitando distorções, foram entrevistados três (3) professores licenciados em História e (45) alunos. Assim, a resposta dada pela pesquisa acadêmica mostrou que os problemas de inadequação do livro didático de História ainda persistem não apenas em conteúdo, mas também pelo uso de propostas metodológicas tradicionais já defasadas, portanto, a atenção e críticas de professores para analisar e usar livros em suas aulas deve enfatizar a necessidade de melhorar a ação do professor no processo de seleção e uso de manuais de ensino, uma vez que os professores que fazem a mediação com o conhecimento em sala de aula. Concluiu-se que é desejável e necessário que os livros sejam transformados em objetos de pesquisa na formação inicial e contínua dos professores de História, para que a qualidade do ensino seja sempre uma busca constante nos meandros educacionais.

Palavras-chaves: Livro Didático. História. Ensino.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo llevar a cabo un análisis de los libros dictáticos de Historia. Para lograr este objetivo a través de una revisión de la literatura se llevó a cabo una comparación entre los libros de Historia utilizados en las décadas de 1980 y el presente. Después de la finalización de esta revisión de literatura, sentimos la necesidad de profundizar los hallazgos con la realización de una investigación de campo, por lo que echamos mano de una encuesta utilizando un enfoque descriptivo cuantitativo y cualitativo. Para cumplir con la metodología propuesta, con el objetivo de fomentar la lealtad de los resultados, evitando distorsiones se entrevistó a tres (3) maestros con licencia en Historia (45) y estudiantes. Por lo tanto, la respuesta dada por la investigación académica ha demostrado que las deficiencias dictático de Historia todavía persisten no sólo en su contenido sino también por el uso de propuestas metodológicas tradicionales ya obsoletos, por lo que la atención y las críticas de los maestros para analizar y utilizar los libros en sus clases debe hacer hincapié en la necesidad de mejorar la acción del profesor en el proceso de selección y uso de libros dictáticos, ya que los maestros que median con el conocimiento en el aula. Se concluyó que es deseable y necesario que los libros se convierten en objetos de la investigación en la formación inicial y continua de los profesores de Historia, por lo que la calidad de la enseñanza es siempre una búsqueda constante en meandros educativos.

Palabras clave: Libro dictáticos. Historia. Educación.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the didactic book and history curriculum. To achieve this goal through a literature review, a comparison was made between textbooks of history used in the 1980s and the present. After this review, it was felt the need to deepen the findings in the literature with the accomplishment of a field research, so we used a research using a quantitative-qualitative-descriptive approach. In order to meet the proposed methodology, aiming at the fidelity of the obtained results, avoiding distortions, three (3) professors graduated in History and (45) students were interviewed. Thus, the answer given by the academic research showed that the problems of inadequacy of the textbook of History still persist not only in content, but also by the use of traditional methodological proposals already lagged, so the attention and criticism of teachers to analyze and use books in his classes should emphasize the need to improve teacher action in the process of selection and use of teaching manuals, since the teachers who mediate with the knowledge in the classroom. It was concluded that it is desirable and necessary that the books be transformed into objects of research in the initial and continuous formation of History teachers, so that the quality of teaching is always a constant search in the educational meanders.

Keywords: Didactic Book. History. Teaching.

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Indicadores de ludicidade	28
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade	34
Gráfico 2: Nível de escolaridade	34
Gráfico 3: Experiência profissional	35
Gráfico 4: Livros selecionados	35
Gráfico 5: Gênero	41
Gráfico 6: Gosta do livro de História	41
Gráfico 7: Acha o livro de História interessante	42
Gráfico 8: Aulas animadas	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 O livro didático	14
2.2 O livro didático e as práticas pedagógicas	17
2.3 O Plano Nacional do Livro Didático - PNLD	19
2.4 Os PCNs de História	20
2.5 Livros didáticos de História dos anos 1980 e os atuais	21
2.5.1 Novas propostas: a ludicidade nos livros didáticos	28
3 METODOLOGIA	31
3.1 Tipo e nível de investigação	32
3.2 O universo da pesquisa	32
3.3 Instrumentos utilizados	33
3.4 Alcance na investigação	33
3.5 Amostra	33
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	34
4.1 Docentes	34
4.2 Discentes	40
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXO 1	53
ANEXO 2	59
ANEXO 3	62

1 INTRODUÇÃO

A moderna exigência da melhoria da qualidade do ensino atinge também a prática pedagógica dos docentes.

Os tempos mudaram, assim como as escolas e as aulas tradicionais, apenas para passar conteúdos, já não são mais o atrativo para os alunos. Atualmente, é necessário muito mais do que isso para que as aulas alcance seus objetivos previamente planejados.

A melhoria da educação se torna possível na medida em que o professor se conscientiza de que o importante não é saber a forma e quais conteúdos aplicar, e sim o que os “alunos necessitam para se tornarem cidadãos profissionais competentes numa sociedade contemporânea” (MASETTO, 1998, p.12).

Assim, cabe ao educador rever o seu fazer pedagógico e aprender transformar sua prática. Os objetivos da educação na formação dos alunos não podem ser alcançados apenas com o uso de métodos explicativos e ilustrativos, e estes por si só não devem garantir plenamente a formação de futuros especialistas necessários no que se refere aos problemas que surgem diariamente. É essencial introduzir no sistema educacional, métodos que satisfaçam, novas metas e tarefas, onde seja destacada a importância da qualidade da educação.

É manifesto, além disso, que os alunos desejam ter um ensino que lhes dê prazer, motivação, divertimento ao mesmo tempo em que aprendem e desenvolvem suas capacidades e habilidades necessárias para inserção no meio social. Diante dessa realidade, devemos ter sempre em mente a fase em que o aluno se encontra, para podermos selecionar livros didáticos que sejam mais motivantes.

O que se busca aqui é pôr a descoberta, a da presença da motivação no ensino, especialmente nos livros didáticos de História. A análise do corpus tem como particularidade apresentar um recorte originado da relação do analista com aspectos que constituem o referencial teórico desta investigação, dialogando-se, assim, com estudiosos que têm se debruçado o que propõe o PNLD – Plano Nacional de Livro Didático, os PCN- Parâmetros Curriculares Nacional, em relação aos objetivos do ensino de História.

Assim sendo, o objetivo central deste trabalho é desenvolver uma investigação que possa identificar o Livro didático e currículo de história: estudo comparativo entre livros didáticos de história dos anos 1980 e os atuais.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O livro didático

Ultimamente, não basta apresentar a informação ao aluno, é necessário ir além dessa perspectiva. Desse modo o livro didático de História, deve trazer no seu bojo para o processo de ensino-aprendizagem, leituras e atividades de modo que, a informação seja transformada em conhecimento significativo para o aluno, ou seja, aquilo que ele aprender realmente atinja outras esferas vivenciando o conhecimento na prática.

Assim, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 67), o livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileiro. Esses livros são instrumentos de aprendizagem comumente utilizados em instituições de ensino particulares e públicas em todo o país. No entanto, essa ferramenta deveria servir apenas como auxílio para o trabalho do professor. Porém, nem sempre é isso o que ocorre, pois, em muitos casos, o material didático é a única ferramenta de que dispõe o professor em sala de aula.

A realidade educacional brasileira é bastante heterogênea: ao mesmo tempo em que há movimentos em torno de uma educação voltada para a prática social, que se apropria da realidade como instrumento pedagógico e que faz do livro didático, material de auxílio ao processo ensino-aprendizagem, devidamente contextualizado, este mesmo livro, em outras situações, continua a ser a única referência para o trabalho do professor, passando a assumir até mesmo o papel de currículo e de definidor das estratégias de ensino. (PNLD, 2010, p. 28).

Nesse contexto, o livro didático deve ser um instrumento pedagógico que seja capaz de proporcionar atividades lúdicas para ajudá-lo na construção do conhecimento e, ao mesmo tempo, contribuir para um ensino de qualidade (FEIJÓ, 1992). A inserção de práticas lúdicas, além de motivá-los, atribui à aprendizagem um caráter interativo, ou seja, a aula torna-se instigante, ocorre a integração entre a turma, o professor e o conteúdo. Além disso, há o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita desvinculando-se de práticas tradicionais.

Conforme, Antunes (2010, p. 14), “A aprendizagem é tão importante quanto o desenvolvimento social e o livro didático constitui uma ferramenta pedagógica ao mesmo tempo promotora do desenvolvimento cognitivo e social.”

Conforme prevê nos PCNs, a escola deve ser um espaço de informação para que o aluno possa construir o conhecimento a partir da interação com o objeto e a mediação; nesse sentido, pode ser inserida e tornar-se um instrumento eficiente na formação do aluno.

Segundo os PCNs (1998), o objetivo de História no 3º e 4º ciclo é:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- Conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- Utilizar as diferentes linguagens verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

A educação dada em sala de aula deve estimular o desenvolvimento da inteligência espacial. Segundo Antunes (2010, p. 110):

A inteligência espacial se manifesta pela capacidade em se perceber formas iguais ou diferentes em objetos apresentados sob outros ângulos, em identificar o mundo visual com precisão, em efetuar transformações sobre suas próprias percepções, em imaginar movimentos ou deslocamento entre partes de uma figuração, em se orientar no espaço e em ser capaz de recriar aspectos da experiência visual, mesmo distante de estímulos relevantes.

Essa inteligência pode ser explorada com atividades nos livros didáticos em que o aluno precise se situar e/ou traçar caminhos e estratégias.

Por último, a inteligência pessoal consiste na descoberta da própria individualidade e na aquisição de forma de relacionamento consigo e com os outros. Essa inteligência é contemplada em toda proposta lúdica independente se é desenvolvida no individual ou no coletivo. Por isso, o livro didático das séries finais do ensino fundamental precisa incluir atividades lúdicas em seus conteúdos.

Para melhor compreensão do papel exercido pelo livro didático no contexto escolar, será feita uma breve colocação histórica de seu surgimento e sua evolução. Assim, a influência do livro didático na prática de ensino brasileiro é inegável, contudo, e, é claro, que o professor não deve deixar de buscar outras fontes para enriquecer o trabalho pedagógico, a fim de que seus alunos tenham múltiplas experiências, além daquelas presentes no material didático, que continua sendo uma peça importante no ensino e, em algumas realidades brasileiras, praticamente a única.

O livro didático, em qualquer disciplina, é um instrumento fundamental (às vezes praticamente único) do acesso da criança à leitura e à cultura letrada. Em sua maioria oriunda de camadas populares, meninos e meninas da escola pública fazem parte de uma cultura que a escola vem desconhecendo e, em muitos casos, negando. (PNLD, 2010, p. 13).

Com o passar dos anos o livro didático passou a fazer parte do ambiente escolar, sendo querido por alguns professores e também odiado por outros. Nesse breve relato sobre a história do Livro Didático, percebe-se que há sempre o cuidado de entender que o professor deve ser soberano sobre o livro didático e o que garante bons resultados é a utilização do material didático em cada escola. O que dá a um livro o seu caráter e qualidade didático-pedagógicos é, mais que uma forma própria de organização interna, o tipo de uso que se faz dele; e os bons resultados também dependem diretamente desse uso.

Logo, convém não esquecer: um livro, entendido como objeto, é apenas um livro. O que pode torná-lo atraente é o uso adequado à situação particular de cada escola. Podemos exigir – obter – bastante de um livro, desde que conheçamos bem nossas necessidades e sejamos capazes de entender os limites do livro didático (LD) e ir além dele. (PNLD, 2010, p. 11).

Segundo Silva (2006, p.49), o papel do professor é indispensável nesse processo de ensino e de aprendizagem, ainda que o material didático tenha qualidade em termos teórico-metodológicos e em termos textuais, sempre haverá lacunas, por isso, cabe ao professor o poder e o dever de lançar mão de outros materiais, ou mesmo do próprio LD, e realizar inserções próprias, aprofundando a relação existente entre aluno, professor e livro didático.

Observa-se que, ao longo do tempo, o livro didático sobrevive à era da Informática, e perpassa várias gerações com o objetivo de trazer conhecimento a professores e alunos e contribuir com a organização do processo de ensino e de aprendizagem.

2.2 O livro didático e as práticas pedagógicas

Assim como a escola, o material escolar tem uma especial importância no processo pedagógico. E, essencialmente, dentre o conjunto de objetos – cadernos, lápis, canetas, vídeo, mapas, jornais, revistas, réalias, entre tantos, o *livro didático* (LD) é um dos recursos que mais influem diretamente na aprendizagem.

O livro didático pode se constituir num dispositivo de mudança nas práticas pedagógicas, um organizador das propostas pedagógicas, e ainda, um elo de transformação da relação pedagógica, permitindo, até, a independência do estudante que poderá se tornar um autodidata, com acesso aos conteúdos curriculares. Um recurso que não apenas concentra planos de estudos vigentes, mas também consegue, muitas vezes, melhorar a qualidade das aulas, graças a sua proposta didática, dependendo, é claro, da estrutura e da ordem escolhida pelos autores.

Embora seja um instrumento amplamente acessível para a transparência de conhecimentos e competências – um fator de melhoria na aprendizagem – pode se tornar também um instrumento de poder, quando na mão de jovens ainda manipuláveis e pouco críticos, vislumbrando uma unificação nacional, linguística, cultural e ideológica. Para a realização da análise do *corpus* serão adotadas as conceituações de livro didático a partir dos olhares da historiadora Circe Bittencourt (2004, 2005, 2014); da ensaísta, pesquisadora e crítica literária Marisa Lajolo (2016); e do historiador, educador e pesquisador francês, Alain Choppin (2009).

Bittencourt (2005) ressalta que o livro didático pode representar o saber oficial imposto por determinados segmentos detentores do poder e constituir um instrumento de reprodução de ideologias. Nesta posição, o livro didático pode distorcer e influenciar a prática docente e a experiência do educando. Contudo, o livro didático extrapola seu papel ideológico, de veículo de sistema de valores e culturais, e se constitui um mediador do processo de aquisição do conhecimento escolar e conceitos, um facilitador do domínio das informações e da linguagem de cada disciplina, um suporte ao conhecimento escolar e aos métodos pedagógicos.

Material pedagógico mais utilizado na história da educação no Brasil é também um produto mercadológico, sujeito às técnicas, regras e lógica de fabricação, circulação e comercialização capitalistas. Influenciado tanto pelas demandas do mercado quanto pelas diretrizes educacionais do governo e pelo contexto cultural do momento de sua elaboração, o livro didático sistematiza o conhecimento escolar, constituindo um instrumento pedagógico produtor de técnicas de aprendizagem por meio de exercícios, questionários, leituras complementares e outras atividades. De fácil identificação e difícil definição, o livro didático, por integrar o sistema de ensino institucionalizado, é também um instrumento do controle estatal sobre o ensino, uma vez que o Estado se faz presente na sua elaboração, nos critérios de avaliação e é ele mesmo, um consumidor de livros didáticos (BITTENCOURT, 2004).

No Brasil, o livro didático faz parte da educação há aproximadamente 200 anos, tendo passado por transformações e acompanhado as mudanças do currículo e da sociedade. Hoje suas páginas apresentam novos protocolos de leitura e recursos visuais, e estabelecem ligação entre o conteúdo escrito e o conteúdo da *internet*. Elaborado para o professor, tem nele seu alvo principal e um intermediário que desempenha papel fundamental; o livro didático depende do uso que dele é feito. Ferramenta essencial ao trabalho do professor apresenta o que se deve ensinar e como se deve ensinar. (BITTENCOURT, 2010).

A delicada situação da educação brasileira faz com que o livro didático, segundo Lajolo (1996), atue como um determinador de conteúdos e estratégias de ensino e represente um papel importante na qualidade do resultado do processo ensino-aprendizagem. Para que atinja sua função didática, é necessária uma atenção especial ao uso que se faz dele, ou seja, deve ser utilizado em ambiente de sala de aula (coletividade), sob orientação de um professor, de forma sistemática.

Sua eficiência depende não apenas das informações verbalizadas explicitamente, mas da impressão, da encadernação, das ilustrações, diagramas, tabelas, atitudes etc., em concordância aos padrões de conhecimento da sociedade e do projeto de educação da escola, pois é por meio do livro didático que o aluno constrói e alteram significados, forma condições de questionar o conhecimento ensinado como legítimo e torna-se crítico.

A autora faz duas ressalvas ao papel do livro didático no processo ensino-aprendizagem. A primeira ressalva feita por Lajolo (1996) é que o livro didático, por mais importante, é apenas um auxiliar e precisa ser adaptado ao contexto de cada sala de aula; cada um proporciona uma leitura diferente.

Sua outra ressalva é que um magistério despreparado e mal remunerado não apresenta condições mínimas para escolher, analisar, tampouco criticar livros didáticos.

O terceiro autor escolhido para conceituar o livro didático, Choppin (2009) considera o livro didático um instrumento pedagógico de longa tradição que, por isso mesmo, registra as estruturas, os métodos e as condições de ensino de seu tempo, constituindo um suporte dos conhecimentos escolares, um instrumento pedagógico ao mesmo tempo em que um portador de ideologias, valores e cultura. Para ele, o livro didático estabelece um importante elo entre a família do educando e sua escola, revelando o conteúdo ensinado e possibilitando que a criança seja acompanhada e auxiliada no ambiente familiar na realização de suas tarefas escolares. Elaborados especificamente para o ensino e o aprendizado de determinada disciplina no contexto escolar, o livro didático é um produto do sistema educacional do Estado, em conformidade com este e apresenta, interpreta, aborda e conceitua o conteúdo da disciplina de maneira cultural, política e social.

É o livro didático que convidará o aluno a refletir, discutir e interagir com o texto literário ou, então, apenas transmitirá o conhecimento fazendo com que ele o aceite passivamente sem promover sua participação no processo de aprendizado. Ele contextualizará sócio-historicamente a literatura africana, por exemplo, reafirmando a cada página o seu compromisso em formar leitores literários ou apenas passeará superficialmente pelos temas.

2.3 O Plano Nacional do Livro Didático - PNLD

Estudos de Bernstein tem sido apoio de diversas pesquisas de políticas curriculares e o conceito de recontextualização que ajudam na compreensão de documentos educacionais oficiais como o PNLD. Sem dúvida, o livro é uma fonte de desenvolvimento social e cultural. É por isso que, enquanto os seus benefícios alcancem toda a sociedade, o Estado intervém neste setor através de várias formas como as criações de diretrizes curriculares com os seus conteúdos obrigatórios e transversais.

Eles atingem todos os elos que compõem a cadeia do livro: criadores, editores, impressoras, distribuidores, livreiros e leitores. De acordo com as considerações de especialistas, a política do livro deve começar a partir do consenso entre o Estado e o setor privado e considerar a posição estratégica do livro, ambos os assuntos econômicos e culturais. Eles têm de um quadro integrando todas as medidas legais relacionados com o livro em um único instrumento legislativo e expandir a formação de recursos humanos (GERALDI, 2007).

Para regular o conteúdo dos livros didáticos no Brasil foi estabelecido, o PNLD que foi criado pela instituição do decreto 91.542 de 19 de agosto de 1985 passando a integrar as

políticas públicas para a Educação com objetivo de adquirir e distribuir gratuitamente livros didáticos para os alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas Brasileiras (TEBEROSKY, 2008).

O Ministério da Educação pontua que o objetivo do PNLD é subsidiar o trabalho pedagógico por intermédio da distribuição de livros didático a alunos de toda a Educação básica. O PNLD faz-se essencial atualmente tanto por regular o fornecimento de livros didáticos para os alunos da educação básica pública, bem como avaliar os currículos que estão sendo empregados nas escolas.

O PNLD de 2014 versa sobre todas as características do processo de avaliação dos livros aprovados, e das obras escolhidas para os anos finais do Ensino Fundamental II para serem usados no triênio 2014/2015/2016.

Uma grande alteração dessa edição em relação aos instrumentos anteriores é além da distribuição dos livros didáticos agora estão sendo distribuídos igualmente os conteúdos multimídia que são complementares aos livros. Essa alteração vem de acordo com uma nova tendência atual para a valorização dos conteúdos digitais frente à valorização da tecnologia.

Sem dúvida, o livro é uma fonte de desenvolvimento social e cultural. Da mesma forma, este benefício econômico dado à natureza da indústria exige garantias e incentivos para o seu desenvolvimento. É por isso que, enquanto os seus benefícios alcancem toda a sociedade, o Estado intervém neste setor através de várias fórmulas.

Ele atinge (o Estado) todos os elos que compõem a cadeia do livro: criadores, editores, impressoras, distribuidores, livreiros e leitores. De acordo com as considerações de especialistas, a política do livro deve começar a partir do consenso entre o Estado e o setor privado e considerar a posição estratégica do livro, ambos os assuntos econômicos e culturais. O Estado tem de um quadro integrando todas as medidas legais relacionadas com o livro em um único instrumento legislativo e expandir a formação de recursos humanos.

2.4 Os PCNs de História

Os PCNs traçam um perfil para o currículo dando forma a novas competências para a entrada dos jovens na vida adulta, defendendo aspectos como a interdisciplinaridade, fornecendo temas transversais para sua organização. Existe uma orientação para que os professores mantenham um diálogo aberto com seus alunos e que os orientem com seus métodos respeitando a realidade da escola, dos alunos, do entorno social aonde se localizam.

De acordo com os PCNs (2010, p.78-79) recomenda-se:

- Questionar os alunos sobre o que sabem, quais suas ideias, opiniões, dúvidas e/ou hipóteses sobre o tema em debate e valorizar seus conhecimentos;
- Propor novos questionamentos, fornecer novas informações, estimular a troca de informações, promover trabalhos interdisciplinares;
- Desenvolver atividades com diferentes fontes de informação (livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos etc.) e confrontar dados e abordagens;
 - Trabalhar com documentos variados como sítios arqueológicos, edificações, plantas urbanas, mapas, instrumentos de trabalho, objetos cerimoniais e rituais, adornos, meios de comunicação, vestimentas, textos, imagens e filmes;
- Ensinar procedimentos de pesquisa, consulta em fontes bibliográficas, organização das informações coletadas, como obter informações de documentos, como proceder em visitas e estudos do meio e como organizar resumos;
 - Promover estudos e reflexões sobre a diversidade de modos de vida e de costumes que convivem na mesma localidade;
 - Promover estudos e reflexões sobre a presença na atualidade de elementos materiais e mentais de outros tempos e incentivar reflexões sobre as relações entre presente e passado, entre espaços locais, regionais, nacionais e mundiais;
- Debater questões do cotidiano e suas relações com contextos mais amplos;
- Propor estudos das relações e reflexões que destaquem diferenças, semelhanças, transformações, permanências, continuidades e descontinuidades históricas;
- Identificar diferentes propostas e posições defendidas por grupos e instituições para solução de problemas sociais e econômicos;
 - Propor aos alunos que organizem suas próprias soluções e estratégias de intervenção na realidade (organização de regras de convívio, atitudes e comportamentos diante de questões sociais, atitudes políticas individuais e coletivas etc.);
- Distinguir diferentes padrões de medidas de tempo, trabalhar com a ideia de durações e ritmos temporais e construir periodizações para os temas estudados;
- Solicitar resumos orais ou em forma de textos, imagens, gráficos, linhas do tempo, propor a criação de brochuras, murais, exposições e estimular a criatividade expressiva.

Dessa forma compreende-se que os métodos e procedimentos de ensino devem estar sempre em constante adaptação para que os conteúdos ensinados sejam realmente significativos para os alunos e ajudem na formação integral do sujeito.

2.5 Livros didáticos de História dos anos 1980 e os atuais

Nos anos 80, iniciaram-se estudos sobre a utilização dos livros didáticos, hoje com o fenômeno da globalização o conteúdo e as práticas passam por um período de grande

redefinição, haja vista as tecnologias educacionais que colocam em xeque a própria utilização do livro didático.

Os livros didáticos da década de 80 contavam com lacunas históricas com uma visão fragmentada, tradicional, muito distante da realidade do aluno. A valorização de noções de tempo, datas comemorativas, origem étnica do povo e costumes eram ensinado sem problematizar a questão do aluno em sociedade.

Esse posicionamento dos livros dos anos 80 reflete a limitação da educação na época que permeia variáveis ideológicas, técnicas e econômicas. A linguagem usada nesses livros, na maioria das vezes era inacessível para o público infantil e juvenil. Hoje, os livros já possuem uma linguagem mais direcionada que ajuda na formação de alunos mais autônomos.

Os livros atuais apreendem o conhecimento histórico em sua essência, as informações são traduzidas para facilitar o diálogo entre alunos e professores, esse diálogo certamente ajuda no ensino do conhecimento histórico.

Anos após o advento da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96 e os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino de História atual está ligado ao contexto neoliberal, ao desenvolvimento de novas tecnologias, bem como a consolidação da democracia no Brasil.

Esse posicionamento advêm de mudanças na política educacional e no ensino de História, que foram conquistadas após lutas ocorridas desde os anos 80 e, também, pelo advento da Constituição Federal de 1988.

Nos anos 90 foi extinta as disciplinas Estudos dos Problemas Brasileiros, Organização Social e Política e Educação Moral e Cívica.

Os cursos de Estudos Sociais (licenciatura curta) foram extintos também pelos PCNs de 1997.

A partir de 1994, os livros didáticos passaram a ser avaliados, e nos anos seguintes a institucionalização desse processo foi sedimentada.

Em 1996, programas de formação docente foram instituídos pela LDB, onde a formação universitária de professores do ensino fundamental e básico passa a ser uma exigência.

Na LDB de 1996 foram desenvolvidos programas e projetos de formação docente pelos governos federal, estaduais e municipais, com ênfase na titulação universitária dos professores das séries iniciais do ensino básico e fundamental.

A LDB, Lei 9.394/95, ainda apontou diretrizes para o ensino de História dando ênfase no estudo da História do Brasil, por intermédio: "das matrizes indígena, africana e europeia na formação do povo brasileiro", conforme exposto no Parágrafo 4º do Artigo 26 da LDB.

Os PCNs trazem ainda, uma diferenciação dos ensinamentos de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa luta perdurava nos currículos desde a ditadura militar.

Percebe-se que os livros didáticos atuais estão voltados para o reforço do caráter formativo da História na consolidação da cidadania, identidade, respeito à pluralidade cultural e a democracia.

Sobre o conteúdo a ser ensinado, os PCNs trouxeram eixos temáticos com o desdobramento de subtemas para os quatro anos iniciais do Ensino fundamental, vemos:

I) História local e do cotidiano, subdividida em dois subitens: localidade e comunidades indígenas;

II) História das organizações populacionais, subdividida em: deslocamentos populacionais, organizações e lutas de grupos sociais e étnicos, e organização histórica e temporal.

Para os anos finais do Ensino fundamental, os PCNs propõem outros dois eixos temáticos:

I) História das relações sociais, da cultura e do trabalho, subdividida em: as relações sociais, a natureza e a terra e as relações de trabalho;

II) História das representações e das relações de poder, desdobrada, também, em dois subitens: nações, povos, lutas, guerras e revoluções; cidadania e cultura no mundo contemporâneo.

Os PCNs também estabeleceram os temas transversais (para todas as disciplinas): Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo.

As utilizações desses eixos temáticos são fruto de um grande debate curricular ocorrido no Brasil nos anos 80, que criticava os currículos tradicionais, baseados em datas cristalizadas, sem desenvolvimento de uma reflexão crítica e consistente sobre os fatos históricos.

As modificações inseridas no LD, marco fundamental na história da luta antirracismo no Brasil, a Lei nº 10.639 de 2003 constitui um momento importante no processo de democratização da sociedade brasileira, iniciado quando os negros pós-abolição perceberam que era por meio da educação formal que conseguiriam a inclusão na sociedade em processo de modernização. Porém, sendo a educação com base em valores eurocêntricos, o ambiente escolar configurava-se, ele mesmo, um mantenedor das desigualdades e da discriminação, que inferioriza o negro sem proporcionar a este segmento da população as condições necessárias para que alcançasse novos patamares na sociedade (MARINGONI, 2011).

O trajeto até a promulgação da Lei nº 10.639 foi marcado pela luta e pelo debate, pela denúncia das desigualdades na nossa sociedade provocando a reflexão sobre sua diversidade e

diferenças culturais. Na Convenção Nacional do Negro realizada em 1945 e 1946 em Rio de Janeiro e São Paulo, intelectuais e ativistas negros requisitaram o posicionamento das autoridades em favor de medidas afirmativas. Os movimentos sociais dos anos 1970, a retomada das organizações negras após 1978 e a Constituinte de 1988 contribuíram para a pavimentação do caminho para a realização da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, no início dos anos 1990.

Seus organizadores foram recebidos no Palácio do Planalto pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a quem entregaram o “Programa de Superação do Racismo e Desigualdade Social” (FREITAS, 2014).

A partir do “Programa” o governo Fernando Henrique promoveu a revisão de livros didáticos visando a eliminação da estereotipação dos negros e sua associação a valores pejorativos. Em 1998, o Ministério da Educação lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais (PCNs – TT), um guia para o trabalho do docente. Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Aracaju, Teresina, Brasília e São Paulo foram as primeiras cidades brasileiras a incluir o conteúdo de história dos negros no Brasil e no continente africano nos ensinos fundamental e médio das escolas da rede pública (FREITAS, 2014).

A pressão, a mobilização dos Movimentos Negros e os debates continuaram crescendo até que em 2003, a Lei nº 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação com os seguintes artigos:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A Lei nº 10.639/03 propõe, portanto, novas diretrizes para o estudo da História e da cultura afro-brasileiras e africanas, formadoras da sociedade brasileira, passando o negro de

escravo passivo a sujeito histórico, protagonista; valorizando o pensamento e a produção intelectual de negros brasileiros, indo além da música e do futebol, do candomblé e da capoeira. A lei visa à promoção do acolhimento e do pertencimento racial, o enfrentamento das formas de preconceito, a reeducação das relações étnicas e raciais, possibilitando aos alunos afrodescendentes os instrumentos culturais necessários para que valorizem a si mesmos, suas origens e seu grupo de pertencimento.

De acordo com estudos de Felício (2008), para o aluno não afro descendente, compreender que a experiência social do mundo é mais abrangente que a sua experiência pessoal e local, que o mundo se constitui não apenas pelo seu grupo social, mas por diferentes grupos sociais, etnias e raças, por outras civilizações e histórias, assim o ajudará no combate do racismo aprendido fora e antes da escola.

A Organização das Nações Unidas (ONU) deu início a “Década dos Afros descendentes” em 2013 (2013-2022), ano em que completou dez anos de sancionada a Lei nº 10.639/03 pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O início da celebração dessa década mostra uma sedimentação da supracitada lei evidenciando que existe uma tendência mundial para a adoção de práticas educativas que intuem levar a reflexão sobre diferenças raciais e étnicas para as escolas.

Em 2005, a nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação, produziu documentos para auxiliar na implementação da Lei 10.639 os seguintes títulos:

- “Superando o racismo na escola”;
- “Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03”;
- “História da educação do negro e outras histórias”.

O documento “Superando o racismo na escola” visa levar uma reflexão sobre a importância da preparação de livros didáticos sem conteúdos intolerantes e racistas. E, sobretudo, esse documento preconiza que os livros didáticos devem contribuir para a reflexão sobre os diversos grupos étnicos na constituição da sociedade brasileira.

Já o documento “Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03” traz uma reflexão sobre a importância de se levar para os cotidianos escolares projetos políticos pedagógicos que promovam uma educação igualitária, abraçando diferentes raças, gêneros, condições sociais. A educação fomentada aqui tem por objetivo a formação integral do sujeito, respeitando seus valores, cultura, raça e entorno social.

Por fim, o documento "História da educação do negro e outras histórias", traz apontamentos sobre a exclusão de alunos negros dos sistemas educacionais, lançando uma crítica sobre as alternativas forjadas pelo movimento social negro para enfrentar as desigualdades. O documento fornece saberes para que docentes elaborem ou implementem estratégias para inclusão dos alunos independentes de cor, raça ou condição social.

A pluralidade cultural é tema de estudo de várias áreas de conhecimento e a troca entre culturas diferentes amplia o repertório de conhecimento dos envolvidos. O resgate da cultura africana enriquece o patrimônio cultural de todos os brasileiros (FREITAS, 2014).

Como vimos esses documentos trazem subsídios para que a formação dos docentes seja voltada para uma educação inclusiva e de respeito para com a cultura africana que não pode ser dissociada dos temas transversais da educação brasileira. A escola ao abordar as temáticas africanas, valoriza as raízes da cultura nacional, a adoção dessa estratégia educativa é essencial na formação de uma identidade que formará o aluno como um cidadão pensante e reflexivo.

No Brasil, o processo de colonização postulou várias teorias sobre as práticas sociais dentro da sociedade a partir de uma referência do branco / eurocêntrico que procurou e ainda procura o não-reconhecimento de negros ancestrais africanos como sujeitos capazes de construir uma identidade para si.

As condições fundamentais para a construção da identidade desses povos são negligenciadas, com base em uma alteridade do olhar sobre eles e que têm sido constantemente negadas. A construção de uma identidade se vê distorcidamente, pois foram criados mitos sobre a identidade afro-brasileira com o objetivo de substituir o mito, pela incorporação da alteridade subalterna, através de mecanismos fundadores ideológicos de fetiches que não contribuem em nada para reconhecer, respeitar a dignidade negra em nosso país.

A abolição da escravatura, ou o término do processo de escravização dos negros no Brasil não significa, dessa forma, reconhecimento da contribuição cultural, social e histórica das populações de origem Africana para a formação de nossa nação, mas a perpetuação de um sistema de segregação racial que ficou sustentada no campo teórico como na teoria do racismo cordial presente no pensamento de Gilberto Freyre (1935); não permitindo a integração do negro na sociedade brasileira e não dando o reconhecimento do seu histórico e contribuição cultural para a formação do nosso país.

O reconhecimento no campo teórico das teorias e práticas racistas disseminadas em toda a nossa história e defesa da integração do negro na sociedade de classes por Florestan Fernandes (1975), foi importante tanto na academia como no ambiente social, mas insuficiente para

superar a condição subalterna em que o negro foi retratado ao longo da história da historiografia brasileira.

A partir de uma releitura da nossa história, inseridos em um debate global sobre um novo pan-africanismo - aterrado no estudo e na compreensão das várias diásporas africanas em todo o mundo, e assim particularmente da diáspora África-Brasil, procuramos, aqui, pontuar teoricamente novas referências que ecoam na academia e na sociedade brasileira, que sejam capazes de resignificar o conhecimento produzido sobre a contribuição dos antepassados africanos para formação de nossa sociedade e nossa nação, com a finalidade de reconhecer o legado cultural, histórico e social de desenvolvimento de nosso povo. Nesta perspectiva, procura-se inserir neste estudo a articulação dos conhecimentos produzidos por intelectuais de diversas diásporas africanas para a importância positiva do pan-africanismo.

Este movimento no Brasil, que tem raízes na luta dos negros contra escravização cuja principal referência foi a organização de quilombos, em particular o Quilombo dos Palmares, como um símbolo da luta pela liberdade; através dos movimentos de resistência contra o racismo praticado em relação ao nosso povo.

Vitórias destacam-se especialmente quando, no ano de 2003 foi aprovado pelo Governo Brasileiro Lei Federal nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003, que estabeleceu o estudo obrigatório de História africana e cultura afro-brasileira, bem como da contribuição das populações de matrizes africanas no Brasil para a formação da identidade nacional. Esta lei e as suas leis correlacionadas refletem sobre a educação das relações étnico-raciais na educação. O Brasil, com um foco na superação de práticas escolares discriminatórias e excludentes traz novas posturas promovendo o respeito e a aceitação, que é de direito dos estudantes negros e ancestrais africanos no espaço escolar.

Ressalta-se que a Lei Federal 11.645, de 10 de março de 2008, não revogou as leis anteriores, mas acrescentou a obrigatoriedade dos estudos referentes à questão indígena e dos negros. O texto das novas diretrizes na verdade traz uma redefinição das três etapas da educação básica: educação infantil; o ensino fundamental obrigatório e gratuito, com duração de nove anos, organizado e tratado em duas fases: a dos cinco anos iniciais e dos quatro anos finais; e o ensino médio, com duração mínima de 3 anos.

Sobre a estrutura curricular, a Lei Federal 11.645/08 versa que deverá haver uma integração de base comum nacional, os ensinamentos de História e Geografia estão contemplados no Item C do artigo 14, que estabelece como componente curricular: "o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígenas."

2.5.1 Novas propostas: a ludicidade nos livros didáticos

Explorar o lúdico nos livros didáticos é controverso, haja vista que muitas vezes os jogos são entendidos como momentos para entretenimento apenas. Para que os livros didáticos sejam atraentes para os alunos é necessário que neles constem atividades lúdicas, como brincadeiras e jogos (ARNAY, 1998).

Os docentes compreendem a importância de um livro didático, para que os conteúdos atendam às necessidades dos alunos ele deve ser flexível e diversificado, ele é uma ferramenta de apoio aos educadores. Estudos de Macedo e Passos (2005) pontuam que os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar possuem alguns indicadores que englobam: o prazer funcional, desafio e surpresa, possibilidades, dimensão simbólica e expressão construtiva. Com a análise desses indicadores é possível refletirmos sobre as atividades lúdicas nas escolas bem como o seu teor nos livros didáticos.

Tabela 1: Indicadores de ludicidade

INDICADOR	CARACTERÍSTICAS
Prazer funcional	<ul style="list-style-type: none"> •Oferecer prazer à criança. •Desafiar a criança por meio de jogos e brincadeiras que são divertidas e promovem interação entre elas. •Ser clara, simples, direta, com tempo adequado, constante e surpreendente.
Desafio e surpresa	<ul style="list-style-type: none"> •Promover o desafio, por exemplo, por situações problema. •Apresentar um obstáculo a ser vencido e que para isso exija um esforço.

	<ul style="list-style-type: none"> •Ser surpreendente pelo fato de não se controlar todo o resultado. •Incentivar a investigação, a curiosidade e a expressão pessoal.
Possibilidades	<ul style="list-style-type: none"> •Ser necessária e possível de ser realizada. •Ser compatível com os recursos internos (habilidades e competências) e externos (objetivos, espaço, tempo e pessoas) das crianças que a realizarão. • Ser uma atividade possível de ser realizada de forma plena. •Fazer algum sentido para quem a expressa.
Dimensão simbólica	<ul style="list-style-type: none"> • Serem motivadas e históricas (existindo um correspondente pessoal ou grupal). •Fazer sentido para as crianças para evitar a desatenção e o desinteresse. •Fazer sentido: Existência de correspondência entre aquilo que se faz e a criança.
Expressão construtivista	<ul style="list-style-type: none"> • Desafio de considerar algo segundo diversos pontos de vista, dada sua natureza relacional e dialética.

	<ul style="list-style-type: none">• Faz parte do lúdico um olhar atento, aberto, disponível para as muitas possibilidades de expressão.• Promover a errância: Forma curiosa, atenta, porém aberta de fazer alguma exploração.• Apesar da errância, objetiva um foco, tem uma direção a chegar, um sentido.
--	--

Fonte: Adaptado de Macedo e Passos (2005)

3 METODOLOGIA

Pensar um método de investigação para uma pesquisa nos leva a questionamentos pois estaremos num campo envolvendo aspectos de interesses diversos, uma vez que envolve posicionamentos políticos, éticos, epistemológicos entre outros. Nesse sentido o pesquisador estará conduzindo a determinado conhecimento, este deve atender as exigências do objetivo proposto e ao seu papel. Segundo González Rey (2002,p. 9)

“[...] a pesquisa representa um processo constante de produção de ideias que organiza o pesquisador no cenário complexo de seu diálogo com o momento empírico.”

Conforme afirmação de André (1995, p. 24) o termo qualitativo tem gerado certa confusão quando fazemos a oposição qualitativo *versus* quantitativo para designar técnicas de coleta ou o tipo de dado obtido. Afirma ainda, que mesmo quando se faz uma coleta quantitativa pode-se fazer uma análise qualitativa por não se tratar de termos dicotômicos. Segundo ele é recomendável que junto com o nome qualitativo utilize termos mais precisos “para determinar o tipo de pesquisa realizada: histórica, descritiva, participante, etnográfica, fenomenológica etc.” (ANDRÉ, 1995, p. 25).

Segundo Gil (2002, p.162), método descreve “[...] os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa.”

Buscando sistematizar e tomar conhecimento sobre os livros didáticos de História, foi fundamental o desenvolvimento de uma postura científica apropriada. Conforme enfatizado por Castro (2006, p.06), “a ciência é uma tentativa de descrever, interpretar e generalizar uma realidade observada”. No entanto, a seriedade da ciência não pode ser confundida com a falta de emoção.

Para se delinear os procedimentos metodológicos que nortearam o espaço desta pesquisa, partimos da combinação da pesquisa bibliográfica com a pesquisa qualitativa exploratória.

Os dados bibliográficos foram eleitos e analisados, objetivando o embasamento teórico das discussões, os mesmos estiveram em consonância com a avaliação dos principais termos empregados na pesquisa, compreendida mediante o olhar dos teóricos que se destacaram neste trabalho.

A pesquisa quantitativa exploratória dividiu-se em dois momentos distintos e complementares: no primeiro momento, foi realizada uma revisão de literatura que nos deu uma base para a realização do instrumento da pesquisa, que foram dois questionários para ser aplicados com discentes e com docentes¹. No segundo momento, foram aplicados os respectivos questionários.

No quesito metodologia, considera-se relevante perceber o emprego do livro didático no cotidiano das práticas dos educadores a partir da verificação das atividades desenvolvidas, levando em conta a regularidade da aplicação, sistematização, planejamento das atividades e sua intensidade. Conhecer junto aos educadores entrevistados qual compreensão e conceito eles apresentam sobre o livro didático, além do entendimento na educação, bem como a forma de avaliar.

3.1 Tipo e nível de investigação

Para realizar esta investigação científica acerca da importância do livro didático de História, lançamos mão de uma pesquisa utilizando uma abordagem quantitativa-qualitativa-descritiva a qual tem o objetivo de identificar a importância dos livros didáticos de História, dando enfoque ao trabalho dos educadores e a motivação de aprendizagem pelos alunos.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo inicial, verificar em que medida os livros didáticos de História apresentam atividades motivantes e inclusivas. O estudo constitui-se da utilização de técnicas de coletas de dados que oferecem informações quantitativas e qualitativas, a partir das quais procederemos à interpretação dos dados coletados.

3.2 O universo da pesquisa

Foram utilizados como sujeitos desse estudo, professores e alunos do Colégio Polivalente de Vitória da Conquista, localizado na Avenida Guanambi, no Bairro Brasil, no município de Vitória da Conquista, Bahia, em turmas do Sétimo ano do Ensino Fundamental II,

¹ Vide em anexo.

Participaram da pesquisa 45 alunos e 3 professores da área de história.

3.3 Instrumentos utilizados

Para realizar esta pesquisa acerca dos livros didáticos de História, utilizamos uma abordagem qualitativa e descritiva com a utilização de questionários para professores e outro para alunos.

3.4 Alcance na investigação

A relevância da pesquisa pode ser observada no fato desta mostrar como os livros didáticos de História favorecem o ensino e aprendizagem, melhorando as relações de aprendizagem entre educador e educando, os quais passam a ter ganho significativos na qualidade do aprendizado. Além disso, este trabalho servirá como possível referência para aprimorar a prática docente.

3.5 Amostra

Com o intuito de realizar uma pesquisa quantitativa e atender a metodologia proposta, visando ainda à fidelidade dos resultados obtidos, evitando distorções, foram entrevistados três (3) professores licenciados em História e (45) alunos.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Docentes

Inicia-se aqui a análise de resultados apresentando o perfil dos docentes, dos 100% dos entrevistados, 66,66% disseram que possuem entre 40 a 49 anos de idade, 33,34% falaram que possuem entre 30-39 anos de idade.

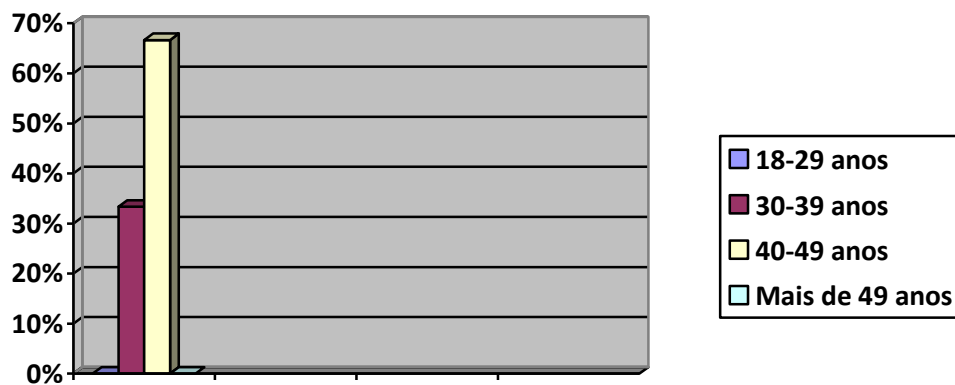


Gráfico 1: Idade

Todos os entrevistados fizeram Licenciatura em História, e possuem pós-graduação.



Gráfico 2: Nível de escolaridade

Todos possuem um tempo de experiência profissional maior do que 12 anos.

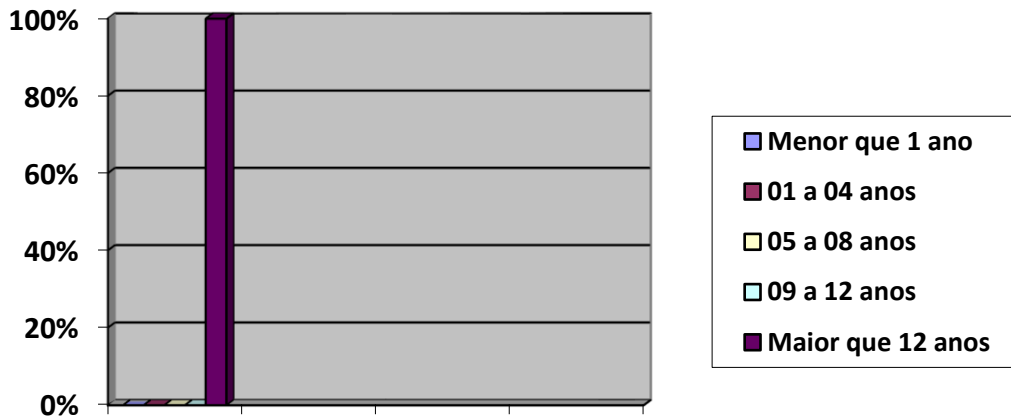


Gráfico 3: Experiência profissional

Os professores entrevistados disseram usar o livro didático de História e que ele é o principal instrumento do trabalho pedagógico. Todos disseram que consideram os PCNs (PCN) na escolha dos livros didáticos e que utilizam o Guia dos Livros Didáticos para a escolha dos livros escolares.

Perguntou-se: os livros selecionados pela escola nos programas anteriores foram os mesmos enviados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)? Dos 100% dos entrevistados, 66,66% disseram que sim, enquanto que 33,34% falaram que não.

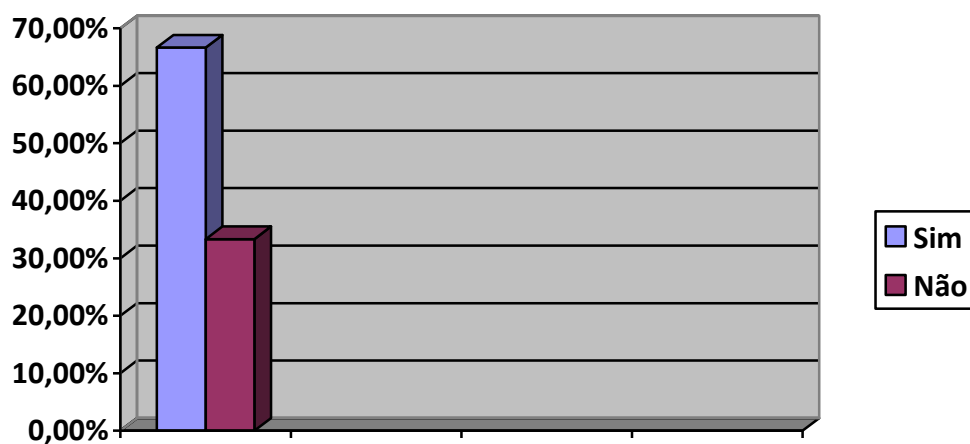


Gráfico 4: Livros selecionados

A Coleção de livros didáticos - LDs adotados na escola atualmente são considerados adequados pelos entrevistados.

Os docentes disseram que sempre participam da definição dos critérios de seleção dos LDs. Eles apontaram que a escolha dos LDs ocorre juntamente com os outros professores da área em reunião específica. Eles informaram que as coleções selecionadas pelo MEC são encaminhadas pelas editoras para as escolas e a partir de leituras, análises, comparações e discussões sobre os livros, as coleções são votadas e as que melhor atende as propostas do conjunto de professores e a proposta de educação implementada na unidade escolar, assim são escolhidas as coleções.

Em relação à utilização do Guia de Livros Didáticos foi informado que ele é utilizado como parâmetro de escolha. Assim, foi informado "Primeiro fazemos nossa análise sobre a obra, depois observamos o parecer que o Guia de Livros Didáticos pontua. A partir daí fazemos nossa escolha levando em consideração também, os comentários do Guia".

Sobre a utilização dos PCNs como referência na escolha dos livros, foi informado que há algum tempo atrás os PCNs eram mais consultados. Foi dito que a experiência de anos ajuda sobre a escolha do livro que melhor atende as necessidades dos alunos, observando nível de dificuldade e variedade nas propostas de atividades, tipos e qualidade de imagens, são alguns aspectos observados.

Em relação à Política Pública do Livro Didático no Brasil, elas disseram estar em conformidade com a realidade da maioria das escolas. A clientela da escola pública, quase sempre não tem condições de comprar livros, sem contar que a maioria das escolas não tem biblioteca ou se tem, os livros são muito antigos, não contemplando as publicações mais modernas, ficando o livro didático como único livro a ser estudado por esses alunos.

Com o olhar para os LDs, apesar destes livros já virem pré-escolhidos, pois para serem aceitos pelo MEC devem obedecer a vários critérios que interessa a esse órgão. Aí entra o tipo de educação que o Estado propoe, valores, posturas ideológicas, interesses econômicos.

"Sabemos que não escolhemos o que deve conter no Livro Didático, mas por outro lado, podemos utilizá-lo a partir do nosso ponto de vista", salienta o entrevistado.

Sobre a proposta metodológica adotada nos LDs de sua escolha, os entrevistados a descrevem como eclética, pois utiliza o conteúdo e a forma tradicional com atividades mistas.

Apesar das dificuldades que a escola pública passa, falta de material de todo tipo, inclusive o humano, os professores são criativos, adequando de acordo às necessidades. Assim,

afirmaram utilizar outros materiais em sala de aula além do livro didático, tais como: revistas, livros paradidáticos existentes na biblioteca (apesar de poucos), vídeos, filmes, slides, cordéis.

Os professores salientam que o livro didático é o principal, talvez o único material que realmente o aluno tem acesso. Na sua maioria são das classes inferiores da sociedade, onde a prática da leitura é muito pouca, ou mesmo porque muitos estão mais interessados em outras formas de informação como as mídias digitais (internet, celular etc), mais rápidas na consulta “sem ter de ler tanto”, segundo os alunos.

Os professores apontam que é de suma importância a participação no processo de escolha dos LDs. Um entrevistado salientou que: "apesar de nossa atuação não ser tão incisiva, pois já vem de uma seleção que não participamos. Mas precisamos decidir juntos que conteúdos são realmente importantes para nossos alunos e que tipo de atividades aplicarmos em sala de aula".

Perguntou-se aos docentes quais os critérios que são considerados essenciais na escolha do LD, são eles: Clareza nos conteúdos abordados com linguagem adequada para cada série; Atividades lúdicas e atrativas com nível de dificuldade de acordo ao ano estudado pelo aluno, que contenha documentos históricos (pelo menos alguns fragmentos de documentos), imagens e gráficos contextualizados, com explicações adequadas para cada situação, indicação de filmes e livros paradidáticos para o aluno.

Com as respostas dadas pelos docentes compreende-se que os livros didáticos nunca satisfazem plenamente, ficam muitas lacunas ou não contem conteúdos regionais ou específicos de determinados povos e culturas, por isso, faz-se necessário a criatividade do professor implementando suas aulas com o uso de outros instrumentos de trabalho.

Observou-se que alguns dos professores disseram que a participação na escolha dos livros não é tão incisiva, pois eles escolhem as coleções indicadas pelo Ministério da Educação.

Há mais de duas décadas os livros didáticos foram transformados no efeito das ações do Ministério da Educação (CASTRO, 2006). Apesar do avanço dos últimos anos os LDs de História sofrem com os problemas resultantes da necessidade de articulação do conteúdo de História com a experiência cultural dos alunos e também a exigência da inclusão dos conteúdos de *História afro brasileira e culturas indígena*.

Para os pesquisadores que se dedicam a avaliação dos LDs, os resultados do processo de avaliação é um desafio, os livros escolares são caleidoscópios. Para os pesquisadores, isso significa que você pode analisá-los a partir de diferentes perspectivas, com diferentes visões e opções de abordagens teóricas e metodológicas.

Assim, o seu conteúdo expressa os resultados de um processo de seleção cultural a partir do qual são definidos os dois sentidos da escolarização como o que é considerado excelente para o ensino.

Portanto, livros escolares materializam o que uma sociedade, ou parte dela considera valiosa na transmissão às gerações mais recentes, especialmente no que diz respeito ao conhecimento científico, os LDs também são entendidos como um produto de uma construção histórico e social (COSTA, 1999).

Com tal entendimento, o conceito de cultura escolar permite-nos considerar o livro didático como um artefato dessa cultura; por isso sugere-se que as investigações buscam explicitar não só a compreensão do conhecimento científico que pretendem transmitir, mas também as formas que são privilegiadas para ensinar e aprender.

Os livros didáticos inserem-se em "um mundo social" com suas características próprias, seus ritmos e rituais, línguas e imaginários, seus modos de regulação, formas de produção, o que na literatura é apontado como *cultura escolar* (FAVERO, 2005).

O artefato livro, na cultura escolar, é adequado para a escola e vai compor o conjunto de elementos que constituem a vida escolar, nas suas várias dimensões. Neste espaço as definições dependem das ações dos indivíduos que são definidas na escola, especialmente para os professores e alunos.

Esta dimensão de análise dos livros didáticos se refere a sua presença nas salas aulas e o seu impacto na formação dos alunos. A evolução da utilização dos livros didáticos no Brasil advém da reorganização do sistema educacional brasileiro realizado nas últimas duas décadas, que estabeleceu metas e ações que estão em andamento, ainda hoje, e que deve ser examinado à luz dos compromissos assumidos pelo Brasil em 1990, na Conferência Mundial Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, realizada pela UNESCO, UNICEF, PNUD e o Banco Mundial (BIRD). Com uma vista a expandir as oportunidades educacionais, o Ministério da Educação coordenou um Plano de Educação (1993-2003), que assumiu a perspectiva da equidade, qualidade e avaliação sistemática dos resultados das políticas educacionais.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação reorganizou a educação e consolidou a necessidade de promover toda a formação básica comum, "pensável para o exercício da cidadania", que significa oferta ao "progresso no trabalho e no ensino superior " (BRASIL, 1997, p. 14). A organização proposta foi construída, em seguida, com a promoção de uma organização curricular com características que permitissem a flexibilidade de componentes curriculares nas orientações formuladas pelos sistemas estaduais e municipais, mas suportada em uma base comum.

Portanto, embora sem caráter obrigatório, as orientações gerais definidas no conhecimento a ser transmitido em cada uma das disciplinas, em todos os níveis de ensino, foi postulado nos PCNs.

Entre as consequências de tais políticas na reorganização curricular, destaca-se o interesse no que diz respeito às mudanças profundas que tenham sido transformados nos livros de todas as disciplinas escolares. O PNLD da responsabilidade do Ministério da Educação, teve como objetivo a distribuição de livros gratuitos para todos os alunos em todas as disciplinas escolares. Além de envolver questões de aplicação de políticas e de recursos financeiros, também inclui problemas logísticos e operacionais, e de natureza pedagógica e didática, uma vez que envolve ações centrado em ações locais. Considerando-se as diferenças e desigualdades que caracterizam o país, o programa enfrenta muitos desafios.

Os professores entrevistados pontuaram que os livros escolhidos são na sua maioria, adequados e que possuem atividades e bom conteúdo (com algumas exceções).

Esse avanço nos livros didáticos de História usados atualmente podem ser o resultado das políticas implementadas desde a década de 1990, mantido principalmente pelas alterações de partidos políticos no Governo Federal, onde houve mudanças ocorridas nos mecanismos de monitoramento e avaliação de publicação que se destina a alunos de escolas públicas.

Cada novo processo de avaliação em intervalos de três anos para cada nível de ensino possuem o caráter eliminatório classificatório. Um edital visa orientar os editores para que produzam obras e diretrizes curriculares com critérios estabelecidos, eles são apresentados para a avaliação das equipes de especialistas e, se aprovado, poderão ser eleitos pelos professores e comprado pelo Governo Federal diretamente das editoras. Os indicadores e critérios do Edital PNLD são traduzidos por equipes de avaliação em itens que fazem avaliação das seguintes dimensões: conteúdos, metodologia de ensino, programação visual e qualidade gráfica, construção da cidadania.

Os professores entrevistados disseram utilizar o Guia dos Livros Didáticos para a escolha dos livros escolares.

Esses guias apresentam comentários gerais, a lista de títulos aprovados e um resumo da avaliação de cada coleção, e o modelo de registro utilizado pelos avaliadores. Alguns critérios foram estabelecidos como determinantes da exclusão de livros em todas as disciplinas e, quando isso acontece, não estão disponíveis para a seleção de professores e, portanto, eles não são comprados pelo governo federal (BITTENCOURT, 2014).

Sobre os critérios de avaliação para os livros de História, verifica-se que nas últimas três décadas, como já mencionado houve um processo gradual de produção dos critérios por parte

dos setores responsáveis para o Programa Nacional do Livro Didático, a fim de orientar os editores para a escolha de títulos.

Como as diretrizes são enviadas para as escolas e, atualmente, estão disponíveis virtualmente. Os critérios são designados para as diretrizes curriculares nacionais e também na recente legislação que rege a inclusão de conteúdo em diferentes culturas e grupos sociais nos currículos e livros.

Em relação aos aspectos metodológicos de ensino, os livros estão sendo atualmente avaliados de acordo com o PNLD 2014, com base nos seguintes aspectos e critérios aqui apresentados de forma resumida: *teoria e métodos*, onde se observa a história apresentada como sendo um processo social e cientificamente produzido (BRASIL / MEC, 2014: 141); *correção e atualização de conceitos*, combatendo o anacronismo e voluntarismo, a ausência da compreensão do conhecimento histórico como verdade absoluta, estereótipos e desenhos animados, simplificações explicativas, informações incorretas e / ou indução a erros causada por informações parciais, descontextualizada e / ou conceitos desatualizados e os procedimentos apresentados incorretamente, descontextualizados ou forma ultrapassada; *para a construção significativa* de noções e conceitos históricos, notando conceitos de origem, memória, evento, fato, sujeito histórico, identidade, semelhança, diferença, contradição, ficção, narrativa, verdade e ruptura; abordando diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse.

4.2 Discentes

Dos 100% dos discentes entrevistados, 53,33% eram do sexo masculino, enquanto que 46,67% eram do sexo feminino.

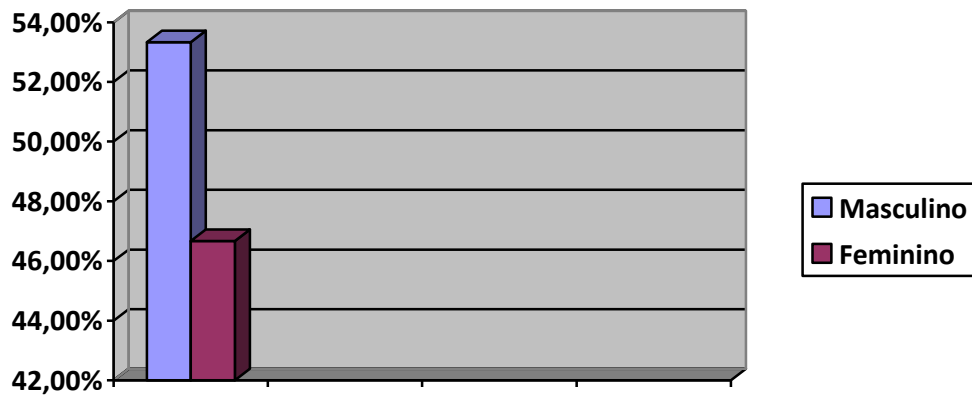


Gráfico 5: Gênero

Você gosta do livro de História usado na sua escola? Dos 100% dos entrevistados, 55,56% disseram que nem sempre, 15,55% falaram que pouco, 15,55% disseram que não gostam, enquanto que 13,34% falaram que muito.



Gráfico 6: Gosta do livro de História

Dos 100% dos entrevistados, 57,78% disseram que acha o livro de História interessante, 35,56% disseram que mais ou menos, 4,44% falaram que não, enquanto que 2,22% disseram que não.

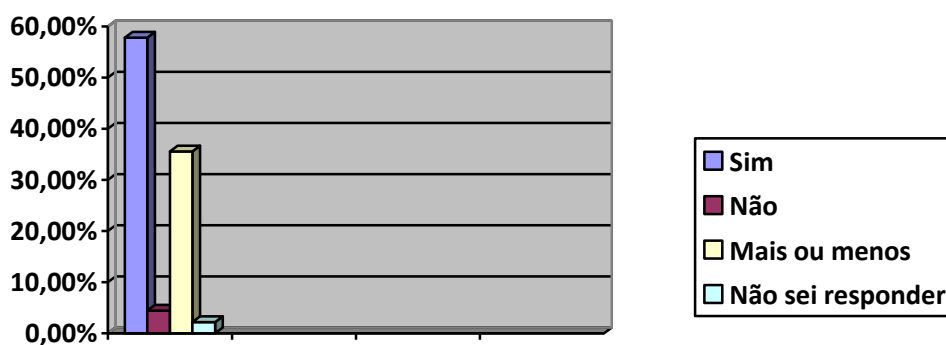


Gráfico 7: Acha o livro de História interessante

Dos 100% dos alunos entrevistados, 77,78% consideram as aulas de História animadas, 15,56% disseram que pouco, enquanto que 6,66% falaram que não gostam.

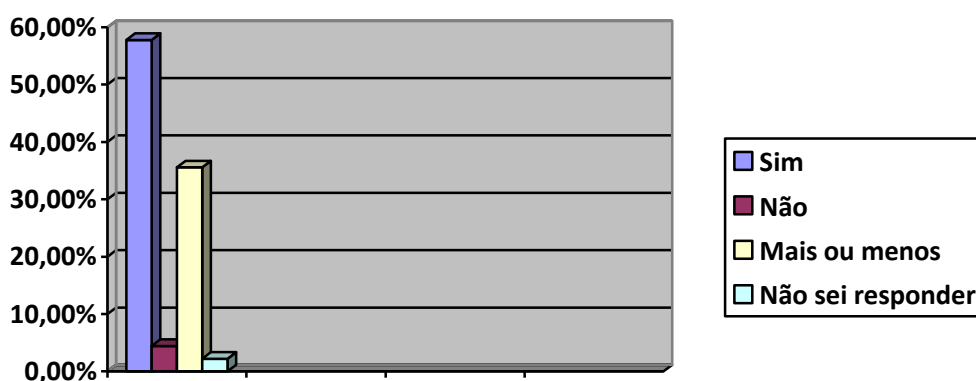


Gráfico 8: Aulas animadas

Perguntou-se: Gostaria de participar de mais atividades com o uso de livros nas aulas de História? Dos 100% dos entrevistados, 71,11% disseram que não, 24,45% disseram que mais ou menos, enquanto que 4,44% disseram que sim.

Como se observou apesar da maior parte dos alunos gostarem das aulas e de História, e acharem o LD interessante, eles se posicionaram relutantes contra mais atividades utilizando o livro.

Outro ponto a observar sobre o posicionamento dos alunos quando eles dizem que acham o livro interessante, contudo, nem sempre fazem as atividades propostas, leem pouco os textos do livro indicados pelo professor e muitos não o trazem para a escola.

Acredita-se que esse posicionamento pode ser causado por vários motivos: pelo tipo de metodologia empregada no livro, pelo professor por sua formação que ainda tem raízes no ensino tradicional, pela ausência de estímulo à leitura na família, pela própria estrutura educacional que esta pautada em uma escola do século XIX concorrendo com um mundo globalizado e com as tecnologias com opções de cores, sons, movimentos e tudo o mais, que supera o livro didático.

Os livros para serem motivantes precisam estar voltados para a construção da identidade e experiência cultural dos estudantes. Há mais de uma década que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) incluiu elementos para a construção de cidadania entre os critérios de avaliação de livros didáticos, atribuindo a esse critério um grande valor. A presença de estereótipos, por exemplo, pode causar a exclusão de uma obra, que já não está incluído na lista de livros para a eleição dos professores.

Os livros dessa forma precisam conter aspectos em relação à cidadania, à construção das identidades e da necessidade da avaliação das culturas locais, assim um livro de história deve ampliar a compreensão da realidade (...) condição para formação da cidadania (BITTENCOURT, 2014, p.110).

O professor deve ser encorajado a olhar para o seu desempenho local como fonte do conhecimento histórico e uma fonte de recursos e materiais para o estudo do meio ambiente, e perceber a cultura material que compõe a sociedade, temas como a história indígena e afro-brasileira não podem ser dissociados.

As aulas de história devem incentivar "a convivência social e o reconhecimento do aluno", deve abordar a diversidade da experiência humana e pluralidade social, com respeito e interesse " (BITTENCOURT, 2014, p.111).

O contexto da segregação histórica de certos grupos sociais levou ao estabelecimento de um mecanismo de grandes desigualdades, resultando na exclusão desses grupos de processos de participação política e formas que constituem as diferenças ainda presentes na sociedade contemporânea. Os mitos da democracia, miscigenação racial deve ser construído para explicar a construção de uma sociedade mestiça, para a eliminação de preconceitos, estereótipos e discriminação.

Estas considerações são feitas aqui para justificar a relevância social dos critérios de exclusão das obras didáticas que estimulam ou consolidam atitudes de preconceito e

discriminação étnica e racial na ação política pública dentro de um programa de livros educacionais para crianças e jovens brasileiros.

Ao mesmo tempo, uma distinção como os aborígenes como uma maneira de superar atitudes estereotipadas sobre estes grupos, reconhecendo a presença de diferentes culturas na constituição da população brasileira.

Para que os livros didáticos sejam mais motivantes, as atividades de ensino propostas devem fornecer informações que ajudem o aluno a se posicionar dentro do contexto social em que vivem. No entanto, as formas didáticas que vem sendo aplicada nos livros de História tem surtido pouca ênfase no sentido de estimular a experiência conjunta entre os alunos com os conteúdos apresentados.

Para motivar os alunos a opção pelo lúdico é uma forma de o professor se aproximar da realidade do aluno. Segundo Costa (1999) a ação pedagógica em ambientes socioeducativos de restrição de liberdade deve-se iniciar por uma intencionalidade do educador em se fazer presente na vida do educando. Pelo lúdico, pode ser possível compreender e conhecer os aspectos de vida dos jovens, suas dificuldades e potencialidades. A partir de tais potencialidades, cabe ao professor dialogar, propor e construir alternativas aos impasses por ele vivenciados, com objetivo dar um sentido para o conteúdo que está sendo ensinado, e para que esse conhecimento seja transformador para a realidade do aluno.

A falta de atividades lúdicas pode levar os alunos ao desinteresse pela aprendizagem da disciplina, verificando essa possibilidade de afastamento e desmotivação, muitos professores recorrem à aprendizagem de base lúdica, a partir de métodos de ensino que não reproduzissem o modelo didático aversivo que motiva a evasão escolar da maioria dos jovens. Dessa maneira, desenvolveram-se atividades lúdicas que não só representaram momentos de prazer e descontração, mas também de fomentação de habilidades cognitivas, uma vez que a capacidade transversal de uma abordagem lúdica de aprendizagem é capaz de construir signos e de desenvolver uma construção dialética da interação e adaptação com o meio sociocultural, sustentada pelos processos de internalização e exteriorização (FÁVERO, 2005).

Aranha (2002) ainda ressaltou que a educação mais eficiente é aquela que proporciona atividades de auto expressão e participação social. Ele afirma que a escola deve considerar o sujeito, e despertar, mediante estímulos, as suas faculdades próprias para a criação produtiva.

Sendo assim, o educador deve fazer do lúdico uma arte, um instrumento para promover e facilitar a educação. A melhor forma de conduzir o aluno à atividade de auto expressão é a socialização, que é possível através do ato lúdico.

Os PCNs já trazem dispositivos que apontam para a importância dos jogos, salientando-se que o professor reconhece a importância lúdica, fica o questionamento, por que coleções de livros didáticos com mais atividades com jogos não estão sendo utilizadas? Certamente, com essa não utilização o mais prejudicado certamente é o aluno.

Deveria haver um re-pensar sobre a Coleção Didática que está sendo usada no momento. Fica também o questionamento se os professores querem (por ser mais trabalhoso para ele) ou estariam preparados / orientados para optar por livros didáticos que possuem mais propostas lúdicas.

De acordo com Kishimoto (2008) os educadores necessitam entender é como proporcionar aos alunos o acesso a esses saberes, a fim de que, os mesmos, possam utilizá-los de maneira positiva. Seria o mesmo que plantar uma semente, esperar que cresça e que apresentem bons frutos, sem oferecer os cuidados necessários.

Santana (2006) ensina que as atividades lúdicas não levam à memorização mais fácil do assunto abordado, mas induzem o aluno a raciocinar e a refletir, visto que essas práticas contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades, aumentando ainda a motivação dos alunos perante as aulas, pois o lúdico é integrador de várias dimensões do aluno, como a afetividade, o trabalho em grupo e as relações com regras pré-definidas, promovendo a contribuição do conhecimento cognitivo, físico e social.

CONCLUSÃO

Com base na pesquisa realizada a maioria dos professores entrevistados possui entre 40 a 49 anos de idade, fizeram Licenciatura em História, e possuem pós-graduação e com um tempo de experiência profissional maior do que 12 anos. Eles informaram que o livro didático de História é o principal instrumento do trabalho pedagógico. Afirmaram que escolhem os livros indicados pelo MEC e que participam ativamente da escolha dos livros, onde as metodologias adotadas nos LDs apresentam-se como ecléticas, já que utilizam o conteúdo e a forma tradicional com atividades mistas.

Uma situação ficou evidente sobre a prática docente, apesar dos professores responderem que tem conhecimento do conteúdo das leis da educação, dos PCNs e utilizarem para se orientar nas questões pedagógicas, muitos não refletem sobre os mesmos, no sentido de modificar a prática pedagógica, enraizada no modelo tradicional.

Dos alunos entrevistados a maior parte era de homens. Disseram que o livro didático nem sempre é usado nas aulas de História, e alguns não gostam quando o livro é solicitado.

Com um olhar mais criterioso percebe-se que a sua maioria são alunos de baixa renda, onde a prática da leitura é muito pouca, falta estímulo da família para a leitura, além da concorrência dos equipamentos digitais como celular, internet, outra forma de informação mais atrativa para eles.

Os outros entrevistados acham o livro didático de História interessante e as aulas são animadas, porém a maioria apontou que não gostaria de participar de mais atividades com LD. A razão para esse posicionamento poderia ser explicado dentre outros elementos pelo tipo de método didático adotado, com raízes ainda no modelo tradicional.

Tendo em vista a existência de processos de avaliação do livro didático através do PNLD brasileiro desde a década de 1990, bem como o reforço de critérios de aprovação, verifica-se que apesar dos progressos alcançados em relação à qualidade dos livros nos últimos 15 anos, devem ser reconhecidos os limites do modelo em relação ao controle sobre o conteúdo apresentado.

Nesse estudo em seu viés crítico pontua que alguns livros aprovados pelo PNLD ao longo deste tempo e, por conseguinte, oferecido para a escolha de professores permitem afirmar:

a) Os livros não atendem de modo completo com critérios específicos nos Editais sobre a valorização de experiências culturais de diferentes disciplinas.

b) Em muitas situações, alguns conteúdos reforçam a exclusão e desvalorização da cultura rural.

c) Nos livros, texto e imagens ainda apresentam problemas no que diz respeito a compreensão das culturas africanas e indígenas, em sua relação com a cultura brasileira, ignorando a diversidade cultural destes grupos e visão estereotipada dos mesmos.

Confrontando os critérios e resultados da avaliação, verificando a permanência de problemas como observado por investigadores, apesar dos processos desenvolvidos ao longo dos últimos anos pelo Ministério da Educação, os limites do PNLD são evidentes no controle absoluto dos conteúdos das obras; por outro lado, este estudo reafirma a importância dos professores como profissionais qualificados para exercer a análise crítica de livros.

Assim, a resposta dada pela pesquisa acadêmica mostrou que os problemas de inadequação ainda persistem não apenas em conteúdo, mas também pela presença e pelo uso de propostas metodológicas tradicionais já defasadas, portanto, a atenção e críticas de professores para analisar e usar livros em suas aulas deve enfatizar também a necessidade de melhorar a ação do professor no processo de seleção e uso de manuais de ensino, uma vez que são os professores que fazem a mediação com o conhecimento em sala de aula.

Entende-se que é desejável e necessário que os livros sejam transformados em objetos de pesquisa na formação inicial e contínua dos professores de História, para que a qualidade do ensino seja sempre uma busca constante nos meandros educacionais.

Diante da pesquisa realizada, observou-se que houve avanços significativos nos livros didáticos em consonância com a legislação educacional brasileira que trata da abordagem da cultura afro e indígena, aparece hoje .

Então, quando falamos no livro didático hoje, percebemos que muito foi mudado. O que temos não é o ideal, mas se compararmos com os dos anos de 1980 para trás, verificaremos que este teve um avanço significativo por força das leis como: a Lei 9394/93, os PCNs, os temas transversais, a Lei 10.639/03 e 11.645/08, os compromissos assumidos pelo Brasil em Conferências Mundiais sobre melhoria da educação com participação de órgãos internacionais como UNESCO, UNICEF e o Banco Mundial (BIRD), os programas de formação docente do ensino fundamental que passa a ser uma exigência, e várias outras ações foram implementadas no sentido de levar o jovem a uma consciência e participação no seu convívio como cidadão e agente social de transformação da sociedade, independente de cor, etnia, ou posição social ao qual pertença.

A pluralidade cultural passa a ser tema de estudo de várias áreas de conhecimento e a troca entre culturas amplia o repertório de conhecimento dos envolvidos. O resgate da cultura africana enriquecendo o patrimônio cultural de todos os brasileiros

É claro que essas mudanças não foram advindas de graça, foram fruto de muita luta de professores e intelectuais da educação juntamente com os movimentos sociais e a sociedade civil na busca de uma sociedade mais igualitária e digna, com respeito à diversidade existente em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Edinalva Padre, **O ensinado, o aprendido**: a educação histórica e a consciência histórica. Tese 2013

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de. **Etnografia da prática escolar**. 15 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Série Prática Pedagógica).

ANTUNES, Celso. **Educação** – Prioridade Imprescindível. Vozes: Petrópolis, 2010.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo:

ARAÚJO, Vânia Carvalho. **O jogo no contexto da educação psicomotora**. Ed. Cortez.2009.

ARNTSON, P. Testing Basil Bernstein's Sociolinguistic Theories. **Human Communication Research**, v. 9, n. 1, p. 33-48, 2006.

ARNAY, J. Reflexões para um debate sobre a construção do conhecimento na escolar: rumo a cultura científica escolar. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. **Conhecimento cotidiano, escolar e científico**: representação e mudança. São Paulo: Ática, 1998.

BERNSTEIN, B. Class, codes and control: theoretical studies towards **Sociology of Language**. London: Routledge & Kegan Paul, 1975

BITTENCOURT, Agueda Bernadete. **O livro e o selo**: editoras católicas no Brasil. Proposições 2014, vol.25, n.1, pp.117-137.

BITTENCOURT, Circe. **Em foco**: história, produção e memória do livro didático. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, 2004, v. 30, n. 3. pp. 471-473.

_____. **Livro didático e saber escolar** (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005

_____. **Livros didáticos de História**: práticas e formação docente. In: DALBEN, Angela (Org.).et.al. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. P.544-561.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto:Porto Editora, 1994.

BRASIL. **PNLD. 2010**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/2348-guia-pnld-2010>.

BRASIL. **PNDL 2014**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/4661-guia-pnld-2014>

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96 de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União. Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

CASTRO, Cláudio de moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Peason Prentice, 2006.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em 25/09/2016

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **A presença da pedagogia**: teoria e prática da ação socioeducativa. São Paulo: Global, 1999.

ESTEBAN, P. S. M. **Pesquisa qualitativa em educação**. Porto Alegre: AMGH, 2010

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia e conhecimento**: subsídios para a análise do ensinar e aprender. Brasília: Edunb, 2005.

FEIJÓ, O. G. **Corpo e Movimento**. Rio de Janeiro: Shape, 1992.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. **Currículo e Emancipação**: redimensionamento de uma escola instituída em um contexto advindo do processo de desfavelização. Tese (Doutorado -Programa em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, v.1, 1975.

FREITAS, Patrícia de. Avanços na inclusão da temática de história e cultura afro-brasileira e africana. PNLD Ensino Médio 2012 e a lei 10.639. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 379-394, jul./dez. 2014. Acessado em: 28.10.2015

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala** - Edição Comemorativa. 50ª edição. Rio de Janeiro: Global. 1935.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas, SP: Papyrus Editora, S.D.

GERALDI, J.W. **O texto na sala de aula**. Cascavel: Assoeste, 2007.

GIL, AC. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas: São Paulo, 2001.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. Tradução: Marcel Aristides F. Silva. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos tradicionais Infantil**: o jogo a criança e a educação. Petropolis: Vozes, 2008.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático**: um (quase) manual de usuário. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1033/935> Acesso em 16/01/2016.

MACEDO, Lino e PETTY, Ana Lucia Sícoli e PASSOS, Norimar Chiste. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Ed. Artmed: São Paulo, 2005.

MASETTO, Marcos. **Docência Na Universidade**. São Paulo, Papyrus. 1998.

MARINGONI, Gilberto. História – o destino dos negros após a Abolição. **Revista Desafios** do Desenvolvimento, IPEA, Brasília, ano 8, ed.70, Dezembro/2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23>. Acesso em 25.09.2016

SACRISTÁN, José Gimeno. O adulto constrói o menor e o aluno. In: **O aluno como invenção**. Porto Alegre, RS: 2005.

TEBEROSKY, A. **O conhecimento cotidiano, escolar e científico no domínio da linguagem escrita**. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. (Org.). Domínios do conhecimento, prática educativa e formação de professores. São Paulo: Ática, 2008.

SANTANA, M. E. **A influência de atividades lúdicas na aprendizagem de conceitos químicos.** Disponível em HTTP// www.teses.usp.com.br. Acessado em 17. jul. 2009.

SILVA, Janssen F. Hoffmann, Jussara; ESTEBAN, Maria Tereza. **Práticas avaliativas e aprendizagem significativa.** Porto Alegre: Mediação, 2006.



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ANEXO 1

DOCENTES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: "**Livro didático e currículo de história: estudo comparativo entre livros didáticos de história dos anos 1980 e os atuais**", que tem como pesquisador responsável: _____.

A Pesquisa atenderá as exigências éticas e científicas, e os participantes da mesma terão seu anonimato preservado. Os protocolos éticos desta pesquisa estão amparados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que "fundamenta-se nos princípios internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisa que envolve seres humanos" (CNS, 1996).

Caso você decida participar, você deverá consentir e fornecer dados ao pesquisador.

Os dados da entrevista serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em arquivo, local seguro, Departamento de Pesquisa por um período de 5 anos.

Durante a realização dos procedimentos acima descritos, a previsão de riscos é mínima.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para _____, Telefone: _____, ou entrando em contato pelo meu e-mail pessoal: _____. A pesquisa ocorrerá na instituição _____, no endereço: _____.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável _____.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa "**Livro didático e currículo de história: estudo comparativo entre livros didáticos de história dos anos 1980 e os atuais**", e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Cidade, _____/08/2016.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ENTREVISTA PARA OS DOCENTES

1- Idade:

- a- 18-29 anos
- b- 30-39 anos
- c- 40 a 49 anos
- d- Mais de 49 anos

2- A sua Graduação foi em?

3- Qual seu nível de escolaridade?

- a- graduação
- b- especialização
- c- doutorado
- d- pós-doutorado

4- Tempo de experiência profissional?

- a- < 1
 - b- 01 a 04
 - c- 05 a 08
 - d- 09 a 12
 - e- > 12
-

QUESTÕES FECHADAS

1. Utiliza livro didático em sala de aula?

- a- Sim
- b- Não

2. O livro é o principal instrumento do trabalho pedagógico?

- a- Sim
- b- Não

3. Considera os PCN (PCN) na escolha dos livros didáticos?

a- Sim

b- Não

4. Utiliza o Guia dos Livros Didáticos para a escolha dos livros escolares?

a- Sim

b- Não

5. Os livros selecionados pela escola nos programas anteriores foram os mesmos enviados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)?

a- Sim

b- Não

QUESTÕES ABERTAS

1- Qual a sua opinião sobre a Coleção de livros didáticos-LDs adotados na sua escola?

2 Participa da definição dos critérios de seleção dos LDs? Sim ou Não. Caso a resposta tenha sido negativa, quem define? Caso a resposta tenha sido positiva, com quem define?

3. Participa do processo de escolha dos LDs na escola em que atua? Sim ou Não. Caso a resposta tenha sido negativa, quem faz a escolha? Caso a resposta tenha sido positiva, como é o processo de escolha?

4. O Guia de Livros Didáticos é utilizado como parâmetro de escolha? Por quê?

5. Utiliza os PCN como referência na escolha dos livros? Por quê?

6. Você concorda com a Política Pública do Livro Didático no Brasil? Justifique.

7. Qual a proposta metodológica adotada nos LDs de sua escolha? Tradicional, Progressista ou Mista. Por quê?

8. Utiliza outros materiais em sala de aula além do livro didático? Quais?

9. Os livros recebidos do MEC são utilizados em sala de aula? Por quê?

10. Acha importante participar do processo de escolha dos LDs? Por quê?

11. Escreva três critérios que considera essenciais na escolha do LD:

12. Observações que queira registrar:



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ANEXO 2

DISCENTES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para o(a) aluno(a) participar da pesquisa: "**Livro didático e currículo de história: estudo comparativo entre livros didáticos de história dos anos 1980 e os atuais**", que tem como pesquisador responsável: _____.

Caso o Sr(a) autorize o(a) aluno(a) a participar, o Sr(a) deverá consentir e fornecer dados ao pesquisador.

Os dados da entrevista serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em arquivo, local seguro, Departamento de Pesquisa por um período de 5 anos.

Durante a realização dos procedimentos acima descritos, a previsão de riscos é mínima.

Durante todo o período da pesquisa o Sr(a) poderá tirar suas dúvidas ligando para _____, Telefone: _____, ou entrando em contato pelo meu e-mail pessoal: _____. A pesquisa ocorrerá na instituição _____, no endereço:_____.

O Sr(a) tem o direito de não autorizar a participação do(a) aluno(a) ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Se o Sr(a) tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pela pesquisadora e reembolsado para você.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com o(a) Sr(a) e a outra com o pesquisador responsável _____.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios, concordo que o(a) aluno (a) _____ possa participar da pesquisa "**Livro didático e currículo de história: estudo comparativo entre livros didáticos de história dos anos 1980 e os atuais**", e autorizo a divulgação das informações fornecidas em congressos e/ou publicações científicas.

Cidade, _____/08/2016.

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador responsável



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ENTREVISTA PARA OS DISCENTES

Escola: _____
Série: _____

Perfil

Sexo:

- feminino
 masculino

1. Gosta do livro de História usado na sua escola?

- Muito
 Pouco
 Nem sempre
 Não gosto

2. Acha o livro de História interessante?

- Sim
 Não
 Mais ou menos
 Não sei responder

3. Considera as aulas de História animadas?

- Muito
 Pouco
 Nem sempre
 Não gosto

4. Gostaria de participar de mais atividades com o uso de livros nas aulas de História?

- Sim
 Não
 Mais ou menos
 Não sei responder

ANEXO 3

Oficina com aplicação de jogos com os alunos



